



COPERSUCAR

Alimento e Energia Limpa para o Planeta

COPERSUCAR S.A. | CNPJ 10.265.949/0001-77



Demonstrações Financeiras Safrá 2014-2015

Mensagem da Administração

O Ano Safrá 2014-2015 poderá ser compreendido como o período de maior transformação do modelo de negócio da Copersucar desde a sua constituição como sociedade anônima, em 2008. Amparada nos princípios que a norteiam em mais de cinco décadas de história, a Companhia está em processo contínuo de evolução, com o atingimento das metas propostas e a adequação de seus planos estratégicos aos novos desafios e oportunidades do mercado.

Mais que confirmar a consistência de seus pilares estratégicos, a trajetória da Copersucar ao longo da Safrá 2014/2015 vem demonstrar a sua resiliência diante da mais grave crise vivida pelo setor sucroenergético, em um cenário de agravamento das restrições macroeconômicas no Brasil e de continuidade do ciclo de baixa dos preços do açúcar no mercado internacional. Os avanços na busca de ganhos estruturais e na internacionalização da Companhia, como bases para o seu contínuo crescimento, são fundamentos importantes que foram fortalecidos ao longo do exercício e contribuem para nossa expectativa positiva em relação ao futuro.

Dentre as iniciativas do período, a constituição da Alvean Sugar S.L., *joint venture* com a Cargill, é sem dúvida a de maior impacto, por representar uma expansão significativa da abrangência da Copersucar no mercado global de açúcar, com repercussão também na configuração do modelo de negócio. De uma empresa com atuação direta no *trading* global de açúcar, desde a origem do produto à entrega ao destino final, a Copersucar passa a ser sócia de um negócio que combinou as melhores expertises dos dois maiores *players* mundiais no mercado de açúcar: a Cargill e a própria Copersucar, em uma nova empresa, com controle compartilhado e liderança global.

Anunciada no final da safrá 2013-2014, a *joint venture* obteve todas as autorizações para sua constituição até agosto de 2014, e iniciou as operações em outubro do mesmo ano, com escritórios já estruturados em dez países. Além da identidade de propósitos e compromissos, a Alvean beneficia-se também da tradição e do conhecimento de mercado das duas sócias. A Copersucar passa a direcionar para a Alvean a produção destinada ao mercado externo de açúcar de suas Usinas Sócias, e também contribui com sua estrutura logística integrada. Com base nas sinergias das duas controladoras, a nova empresa torna o modelo de negócio mais eficiente e com benefícios para toda a cadeia de suprimentos, do produtor ao cliente. A criação da Alvean, portanto, fortalece nosso posicionamento estratégico e acelera a internacionalização da Companhia.

Merce destaque também a contribuição da controlada Eco-Energy Global Biofuels para a consolidação das estratégias de internacionalização e de crescimento da Companhia. A empresa registrou avanços tanto em volumes de etanol comercializados (7,8 bilhões de litros) quanto nas receitas obtidas (R\$9,9 bilhões), resultando em uma participação de 11% no mercado global de etanol, somada às operações da Copersucar. Além disso, investiu R\$ 79 milhões na expansão de sua estrutura logística nos Estados Unidos, com a conclusão de dois novos terminais, totalizando cinco instalações, incluindo o terminal a ser concluído neste exercício.

Outro evento importante no período foi a conclusão das obras de reconstrução do Terminal Açucareiro Copersucar (TAC), no Porto de Santos, que já opera nesta safrá com sua capacidade plenamente recuperada. Além de recompor a estrutura original, dentro dos prazos e condições planejadas após o incêndio que o atingiu em outubro de 2013, a reconstrução do terminal introduziu sistemas operacionais mais eficientes e reforçou seus mecanismos de prevenção e segurança. A retomada integral das operações foi mais uma demonstração da capacidade de execução e entrega de toda a equipe da Copersucar.

Ainda no Ano Safrá encerrado, começamos a operar o Terminal Copersucar de Etanol, em Paulínia (SP), com capacidade de armazenagem de 180 milhões de litros e grande potencial de contribuição ao negócio de biocombustíveis da Companhia.

Com o objetivo de preparar a Companhia para sua nova configuração de negócio, iniciamos uma ampla revisão de sua estrutura organizacional, a ser implementada neste exercício, e que trará mais produtividade e eficiência aos processos e impacto relevante na racionalização de despesas operacionais.

O exercício que relatamos, em síntese, deve ser entendido como um ano de transição, ao consolidar fundamentos estratégicos importantes que sustentarão nosso crescimento e rentabilidade. O resultado obtido - um lucro líquido ajustado de R\$ 60 milhões - reflete as dificuldades conjunturais do mercado e da economia brasileira, e ainda representa uma rentabilidade abaixo do potencial da Companhia. A consolidação do nosso modelo de negócio, porém, já configura novas alavancas de rentabilidade, evidenciando a consistência dos pilares estratégicos que nos alicerçam.

O cenário de restrições que ainda persiste não diminui a confiança com que nos preparamos para o futuro. No âmbito doméstico, medidas recentes das políticas públicas já repercutiram positivamente na demanda interna pelo etanol, permitindo a melhora das expectativas de curto prazo para o biocombustível. Ainda que não sejam suficientes para reestimar os investimentos no campo e na produção, o aumento do percentual de mistura de etanol à gasolina, de 25% para 27%, e a reposição parcial da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) no preço da gasolina são iniciativas governamentais que apontam para uma necessária política pública mais consistente para os biocombustíveis, fortalecendo a indústria sucroenergética, não só por sua importância econômica e social para o País, mas também pela contribuição que seus produtos geram para a sociedade, como fator redutor das emissões de poluentes e dos custos da saúde pública.

É por estes motivos que mantemos também nosso otimismo em relação ao mercado global, como fornecedores em larga escala de energia limpa e alimento para o planeta, produtos indispensáveis à vida e à sustentabilidade ambiental. A proximidade da realização da Conferência do Clima em Paris (COP 21) é uma oportunidade para que as nações líderes do mundo, como o Brasil, possam retomar a defesa enfática de políticas públicas para a mitigação dos Gases de Efeito Estufa (GEE). Nesse contexto, a ampla utilização do etanol como substituto dos combustíveis fósseis, principais responsáveis por estas emissões, pode contribuir de forma significativa para este objetivo.

Por fim, expressamos o agradecimento a toda a equipe da Copersucar na realização dos inúmeros projetos que nos fizeram chegar até aqui, e ao apoio sempre firme e presente dos nossos acionistas. Indispensável agradecer também a confiança dos nossos clientes, fornecedores e de todas as demais partes envolvidas no nosso negócio.

Luís Roberto Pogetti
Presidente do Conselho de Administração

1 - EVOLUÇÃO DO PERFIL DA COMPANHIA COM NOVA CONFIGURAÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIO

A entrada em operação da Alvean Sugar S.L., a joint-venture em partes iguais criada em sociedade com a Cargill para atuar no mercado global de açúcar, a partir de 01 de outubro de 2014, resultou em uma nova configuração da Copersucar, em consonância com a estratégia de crescimento e internacionalização da Companhia, mesmo num cenário difícil de grave crise setorial e queda nos preços internacionais.

Em consequência, os processos de negócio da Copersucar passaram por substanciais transformações. A partir da entrada em operação da Alvean, duas atividades antes desempenhadas pela Copersucar passaram a ser conduzidas pela nova empresa: a origem de açúcar e o atendimento direto aos clientes no mercado internacional, apoiada em uma nova estrutura global, composta por bases operacionais em dez países, entre eles o Brasil. Não fazem parte da nova sociedade o negócio de etanol, o mercado doméstico de açúcar e os ativos de logística, atividade que permanece dentro da Copersucar, agora com um novo foco estratégico, com a missão de atender às crescentes demandas logísticas na nova empresa. Também em decorrência da criação da Alvean, os resultados da equivalência patrimonial advindos das investidas da Copersucar tendem a ter maior relevância na composição dos seus resultados, como já se verifica, positivamente, nas demonstrações financeiras deste Ano Safrá.

As demonstrações financeiras da Copersucar na Safrá 2014-2015, portanto, retratam duas realidades distintas em sua estrutura societária e na configuração de seus mercados: o primeiro semestre do exercício (abril a setembro), semelhante às condições dos anos anteriores, com atuação nas operações de origem de açúcar e atendimento direto aos clientes internacionais; e o segundo semestre (outubro a março), com o início das operações da Alvean como o novo e mais importante player global na integração da oferta e da demanda mundial de açúcar, contando com a experiência acumulada e os altos padrões de excelência de suas empresas controladoras. Esta transição estará completa no exercício 2015-2016, e se refletirá integralmente nas futuras demonstrações de resultados.

Eco-Energy Global Biofuels

O desempenho da controlada Eco-Energy Global Biofuels LLC foi outro destaque positivo do exercício. Adquirida pela Copersucar em dezembro de 2012, a Eco-Energy tem o propósito de prover soluções de energia limpa para o mundo e a visão de liderar a cadeia global de fornecimento de biocombustíveis. Sua estratégia é suportada por ativos logísticos e relacionamentos duradouros tanto nas bases de fornecimento quanto nos mercados clientes, impulsionando suas competências e a geração de valor em logística, distribuição e comercialização.

No Ano Safrá, a Eco-Energy registrou um crescimento de 14,7% nos volumes movimentados, para 7,8 bilhões de litros, respondendo por aproximadamente 14% de market share no mercado norte-americano. As receitas foram da ordem de R\$9,9 bilhões, 4,2% acima do mesmo período anterior.

A Eco-Energy também reforçou sua estrutura de logística integrada, com investimentos de R\$ 79 milhões. Dois novos terminais "unit train" (para grandes composições ferroviárias) tiveram suas operações iniciadas, em Augusta (Georgia) e Knoxville (Tennessee), ampliando para 32 o número de bases logísticas no território norte-americano, entre terminais de armazenagem, de transbordo e de "blending" (mistura de etanol à gasolina). A empresa conta com 19 "Alliance Plants", destilarias com contratos de fornecimento exclusivo e de longo prazo. O objetivo é manter e aprimorar o atendimento de alta qualidade a um diversificado grupo de clientes, formado pelas maiores companhias de petróleo, refinarias, grandes distribuidoras, "blenders" e empresas de commodities.

2 - ANÁLISE SETORIAL

O setor sucroenergético tem vivido uma de suas mais prolongadas crises, motivada em parte pela difícil situação financeira observada em parcela significativa das unidades produtoras e, por outro lado, pelas condições adversas do mercado, com o prolongamento do ciclo de baixa dos preços internacionais do açúcar e pelas condições competitivas restritivas ao etanol no mercado brasileiro nos últimos anos, somente atenuada com o restabelecimento de algumas medidas de incentivo no início de 2015.

O quadro de crise prolongada resultou na redução das taxas de renovação dos canaviais e em menor dispêndio pelos produtores nos tratamentos culturais da lavoura, o que vem comprometendo a produtividade do setor, com implicações na oferta futura de cana-de-açúcar e na capacidade de moagem. Este cenário de dificuldade, porém, vem sendo enfrentado com força e resistência por parte dos produtores. De acordo com dados da União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA), o volume de cana moída na safrá 2014-2015, na região Centro-Sul do país (responsável por 88% da produção nacional) somou 571 milhões de toneladas, queda de 4,3% em relação ao período anterior. Apesar do menor volume, a produtividade melhorou 2,6%, para 136,8 kg/t de Açúcar Total Recuperável (ATR). A combinação da queda dos preços internacionais do açúcar e de melhora no cenário do mercado interno de etanol acentuou a tendência de maior destinação de matéria-prima para a produção do biocombustível. No exercício, o mix de cana-de-açúcar destinado para a produção de açúcar foi de 42,9%, ante 45,2% na safrá anterior, segundo o balanço da UNICA. Esta destinação resultou em maior oferta do biocombustível no mercado brasileiro: a produção na safrá 2014-2015 foi de 26,1 bilhões de litros (+2,4%) e as vendas no mercado interno chegaram a 23,4 bilhões de litros (+2,5%), enquanto as exportações foram reduzidas a 1,5 bilhões de litros (-41,8%).

A produção de açúcar na região Centro-Sul somou 32 milhões de toneladas (-6,7%). Os volumes exportados foram de 22,2 milhões de toneladas (-11,1%), enquanto as vendas ao mercado interno tiveram leve aumento, para 9,6 milhões de toneladas (+2,1%). Em que pese o cenário negativo, a expectativa é de maior produtividade agrícola da lavoura a ser colhida na safrá 2015-2016, devido à melhora nas condições climáticas observadas até o momento. Além disso, medidas recentes adotadas no mercado doméstico já repercutiram na demanda por etanol e devem suportar a expectativa de maior produção do biocombustível na atual safrá. Entre essas medidas, estão o restabelecimento parcial da CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) incidente sobre a gasolina; o ajuste dos tributos Pis/Cofins aplicado ao derivado; a elevação do nível de mistura do etanol anidro adicionado à gasolina e a ampliação da competitividade do etanol hidratado combustível em decorrência de mudanças nas alíquotas de ICMS cobrado sobre o produto e sobre o seu concorrente (a gasolina) em vários Estados.

3 - INVESTIMENTOS

Não obstante os sinais de desestímulo à atividade produtiva no país, face à deterioração dos indicadores macroeconômicos, a Copersucar intensificou o ritmo dos investimentos ao longo do exercício 2014-2015, com inversões que totalizaram R\$ 713,5 milhões no período (R\$ 237,3 milhões no exercício anterior). Além dos recursos destinados à constituição da Alvean e à expansão da base logística da Eco-Energy, os investimentos foram aplicados principalmente nos ativos logísticos destinados aos mercados de açúcar e de etanol localizados no Brasil.

A reconstrução do Terminal Açucareiro Copersucar (TAC), no Porto de Santos, SP, concluída ainda na safrá 2014-2015, após o incêndio que atingiu suas instalações em outubro de 2013, foi um desafio que exigiu a mobilização de toda a empresa, com o pleno cumprimento dos prazos e planos definidos. O terminal já opera desde o início da atual safrá com as capacidades de armazenagem e embarque totalmente restabelecidas, com previsão de movimentação recorde de 7,3 milhões de toneladas no atual ano-safrá, praticamente o dobro do realizado em 2014-2015.

O Terminal Copersucar de Etanol (TCE), em Paulínia (SP), também teve suas obras concluídas dentro do planejamento previsto, com início de operações de armazenagem em setembro de 2014. Ainda no exercício 2014-2015 foi iniciada a interligação do terminal ao etanoloduto da Logum Logística S.A., projeto do qual a Copersucar é também investidora.

4 - DESEMPENHO OPERACIONAL

O volume total de cana equivalente comercializado individualmente pela Copersucar com origem na produção brasileira (Usinas Sócias e originadas) foi da ordem de 106,5 milhões de toneladas na safrá 2014/2015, com queda de 17,5% sobre o volume anterior, principalmente em razão da redução de cerca de 16 milhões de toneladas de cana equivalente na origem, com a transferência das operações de origem para Alvean a partir de outubro de 2014. As Usinas Sócias da Copersucar responderam pelo fornecimento de 89% do total de cana equivalente comercializado, ou 95 milhões de toneladas.

ACÚCAR

O desempenho da Copersucar no mercado de açúcar reflete o início das operações da Alvean, com a transferência das operações de origem para a nova empresa, no segundo semestre do exercício. A comercialização de açúcar pela Copersucar no Ano Safrá somou 7,2 milhões de toneladas, uma redução de 16,3% em relação à safrá 2013/2014. Deste total, 4,4 milhões de toneladas foram exportadas, e 1,1 milhão de toneladas foram comercializadas e pré-pagas, também para exportação para a Alvean, mas com embarque posterior ao fechamento do Ano Safrá. O mercado doméstico, por sua vez, absorveu 1,7 milhão de toneladas, mesmo volume comercializado na safrá anterior.

COMERCIALIZAÇÃO DE AÇÚCAR (milhões ton)		
	2013/2014	2014/2015
Açúcar	8,6	7,2
Mercado interno	1,7	1,7
Mercado externo	6,9	4,4
Exportações pré-pagas	-	1,1

ETANOL

A comercialização de etanol pela Copersucar oscilou negativamente, com queda de 12,2% nos volumes comercializados, totalizando 4,3 bilhões de litros. A venda para o mercado doméstico foi de 3,8 bilhões de litros, com redução de 2,6% em relação ao período anterior, enquanto o mercado externo absorveu 460 milhões de litros, com queda de 50,0%.

Em seu segundo exercício completo como controlada da Copersucar, a Eco-Energy voltou a registrar participação relevante na composição das receitas da Companhia. Considerando-se o mesmo período do Ano Safrá brasileiro, a comercialização de etanol pela Eco-Energy cresceu 14,7%, passando de 6,8 bilhões de litros para 7,8 bilhões de litros, atendendo aos principais clientes do mercado de combustíveis da América do Norte, com uma participação de mercado de aproximadamente 14% na região.

COMERCIALIZAÇÃO DE ETANOL (bilhões litros)		
	2013/2014	2014/2015
Etanol	4,9	4,3
Mercado interno	3,9	3,8
Mercado externo	1,0	0,5
Eco-Energy	6,8	7,8
Total movimentado	11,7	12,1

SERVIÇOS

Durante toda a safrá 2014-2015, o Terminal Açucareiro Copersucar (TAC) foi alvo de obras de reconstrução e otimização de seus sistemas de segurança, após o incêndio que atingiu gravemente suas instalações em outubro de 2013, o que inviabilizou a prestação de serviços para terceiros no período. As obras de reconstrução permitiram a recuperação gradual da capacidade de operação ao longo do Ano-Safrá, sendo concluídas em março de 2015, com o restabelecimento integral de sua condição original. O TAC realizou receitas de elevação no Ano Safrá equivalentes a 4,4 milhões de toneladas de açúcar.

5 - DESEMPENHO FINANCEIRO

As receitas líquidas da Copersucar no exercício atingiram R\$ 21,0 bilhões, um recuo de 9,4% em relação ao ano anterior, decorrente da nova configuração de comercialização, na qual a Alvean assumiu as operações de origem de açúcar a partir de outubro de 2014. A controlada Eco-Energy voltou a contribuir significativamente para a robustez do faturamento, com R\$ 9,8 bilhões. As vendas de etanol a partir do Brasil, diretamente pela Companhia, mantiveram a sua participação em 26% na composição das receitas, enquanto as vendas de açúcar representaram 27%.

O resultado líquido do exercício foi negativo de R\$ 8,4 milhões, ante um lucro líquido de R\$ 78,6 milhões no exercício anterior, e reflete as dificuldades enfrentadas em um cenário de comercialização que acentuou seu ciclo de baixa nos preços internacionais do açúcar, enquanto o mercado de etanol continuou a experimentar os reflexos negativos da falta de políticas públicas para a valorização de sua contribuição à matriz energética brasileira, o que só começou a se delinear no último trimestre do Ano Safrá.

O lucro líquido ajustado (descontando o prêmio de 2% pago às Usinas Sócias sobre a aquisição dos produtos com exclusividade nos primeiros seis meses da safrá) foi positivo, de R\$ 60 milhões, frente a R\$ 208 milhões no exercício anterior.

DESEMPENHO FINANCEIRO (R\$ milhões)		
	2013/2014	2014/2015
Receitas líquidas	23.153,0	20.986,0
Lucro (prejuízo) líquido para Controladores	78,6	(8,4)
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	208,0	60,0

A Copersucar encerrou o exercício 2014-2015 com R\$ 1.568 milhões de dívida líquida de estoques, frente a um montante de R\$ 386 milhões no período anterior.

O aumento do endividamento é atribuído essencialmente aos aportes de capital nas investidas e também nos investimentos realizados no período.

Dentre as operações realizadas no exercício, a Copersucar realizou sua primeira captação junto ao mercado de capitais, com a bem-sucedida oferta de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), no valor de R\$ 300 milhões, lastreados em certificados emitidos pela Companhia. Os títulos, com prazo de vencimento em março de 2018, foram integralmente adquiridos por investidores do mercado financeiro.

6 - GESTÃO DE PESSOAS

Com o objetivo de preparar a Companhia para sua nova configuração de negócio, a Copersucar deu início, durante o exercício 2014-2015, a um extenso trabalho visando à adoção de um novo modelo operacional, que atenda às novas exigências de suas atividades. O trabalho, denominado "Projeto Evolução", consistiu na avaliação de todos os processos e na definição de um portfólio de projetos considerados prioritários para o desenvolvimento da empresa, com sistemas, processos e estrutura ainda mais ágeis, eficientes e produtivos, coerentes com os nossos valores.

Ainda no fim da safrá 2014-2015, as equipes das diversas áreas envolvidas deram início aos projetos prioritários, simultaneamente a um trabalho de avaliação dos impactos organizacionais e de gestão de mudança. A nova configuração operacional da empresa, a ser integralmente implementada neste exercício, trará mais competitividade e eficiência, com adoção das melhores práticas, simplificação das atividades e controles mais eficazes, com foco na rentabilidade e no fortalecimento de uma visão de processos encadeados na organização.

Entre as movimentações de pessoal, merece destaque a oportunidade de crescimento profissional para 18 colaboradores que migraram para a Alvean, tanto nas operações nacionais quanto internacionais. A Companhia encerrou o Ano Safrá 2014-2015 com 574 colaboradores (596 no período anterior), dos quais 191 estavam locados na Sede em São Paulo, 367 no Terminal Açucareiro Copersucar (TAC), em Santos, e 16 no Terminal Copersucar de Etanol (TCE), em Paulínia.

7 - SUSTENTABILIDADE

Em continuidade ao trabalho de engajamento dos "stakeholders" e aos compromissos socioambientais assumidos pela Companhia, a Copersucar publicou o seu Relatório de Gestão relativo às duas safras anteriores (2012 a 2014), apresentando as principais ações sociais, ambientais, econômico-financeiras e de governança, com os respectivos indicadores de desempenho, da Companhia e de suas Usinas Sócias, segundo as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), versão G3. A publicação, bilingue, contou com 100% de adesão das unidades produtoras (<http://www.copersucar.com.br/relatorio2014/#/>). Como parte da gestão estratégica da Companhia, novos compromissos foram definidos na última safrá, a partir da nova matriz de materialidade.

Ainda no período, a Copersucar ampliou o número de usinas certificadas pela Bonsucro™, com mais uma Usina Sócia (Santo Antônio), totalizando 9,4 milhões de toneladas de cana certificada. Dentro do esforço de fortalecimento da sustentabilidade ao longo da cadeia produtiva e em atendimento à crescente exigência do mercado e da sociedade, também a Alvean obteve sua certificação junto à Bonsucro™, como integrante da cadeia de custódia de produtos.

Outra iniciativa realizada no período foi a aprovação da nova Política de Investimento Social da Copersucar, bem como a definição do Instituto Crescer com o parceiro de implantação de um programa dedicado, a ser implantado nesta safrá, com foco na qualificação profissional e integral de jovens de comunidades carentes e o estímulo à maior autonomia destas comunidades ("empoderamento"). O primeiro programa será implantado na cidade de Paulínia (SP).

8 - GOVERNANÇA

Com o objetivo de fortalecer o nosso compromisso com a conduta ética, a Copersucar aprovou em agosto de 2014 a revisão de seu Código de Conduta e Ética nos Negócios, com a participação ativa de seu Conselho de Administração e do Comitê de Ética e Sustentabilidade, além dos colaboradores, reunidos em grupos focais. O novo Código contou com a atualização de todos os pontos que tiveram avanços no período recente e a inclusão de novos temas, que se aplicam à nova configuração que a Copersucar vem assumindo nos últimos anos: uma empresa global, com atuação integrada em todos os elos da cadeia produtiva e nos principais mercados do mundo. Além de um programa de treinamento que contemplou a totalidade dos colaboradores, a Companhia também destinou atenção especial à divulgação do novo texto a todos os parceiros de negócio, bem como ao comprometimento formal dos mesmos, com a adoção de um código específico de Conduta e Ética de Fornecedores. Juntamente com o novo Código, a Copersucar instalou o seu Canal Ético, disponível em tempo integral e com atendimento bilingue para que qualquer pessoa possa fazer consultas, relatos ou necessidade de informação relativa à ética e conduta nos negócios. O canal pode ser acessado pelo site www.copersucar.com.br/etica, por e-mail ou telefone. As informações são recebidas por uma empresa independente, que assegura total sigilo do relato e da identidade do interlocutor.

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo Roberto de Souza
Diretor-Presidente

Paulo Roberto de Souza
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores (Interino)

Alexandre Mattos Setten
Diretor de Logística e Planejamento

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Roberto Pogetti
Presidente

Antônio Eduardo Toniolo
Antonio José Zillo
Carlos Dinucci
Carlos Ubiratan Garms
Clésio Antônio Balbo

Geraldo José Carbone
Hermelindo Ruete de Oliveira
José Luciano Penido
Leopoldo Titoto
Norberto Bellodi



continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Consolidado		Controladora	
		2015	2014	2015	2014
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.051.254	604.346	493.384	298.442
Contas a receber de clientes	7	821.925	1.163.026	816.370	401.443
Dividendos a receber	24	-	-	2.881	4.881
Estoques	8	2.557.292	1.719.845	1.242.299	720.226
Impostos e contribuições a recuperar	9	316.850	237.988	306.904	230.832
Adiantamentos a fornecedores	10	1.765.089	790.275	15.002	21.676
Operações com bolsa de valores	11	26.145	121.146	8	74
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	22	677.265	319.229	257.503	20.790
Despesas antecipadas		20.727	22.140	4.690	1.552
Outras contas a receber		95.138	88.199	27.357	4.979
Total do ativo circulante		7.331.685	5.066.195	3.166.398	1.704.895
Ativo não circulante					
Ativo fiscal diferido	12	331.537	132.768	313.557	114.804
Impostos e contribuições a recuperar	9	70.373	-	70.373	-
Depósitos judiciais	21	34.655	34.529	20.985	20.985
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	22	18.396	12.389	18.396	12.376
Operações de mútuo	24	-	-	95.009	90.247
Despesas antecipadas		8.119	-	8.119	-
Outras contas a receber		5.072	910	2.550	68
Investimentos	13	844.317	107.929	1.944.523	1.121.745
Propriedade para investimento	14	-	-	70.296	21.572
Imobilizado	15	672.616	465.372	90.406	120.337
Intangível	16	253.101	181.356	18.701	19.486
Total do ativo não circulante		2.238.186	935.253	2.652.915	1.521.720
Total dos ativos		9.569.871	6.001.448	5.819.313	3.226.615

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivos	Nota	Consolidado		Controladora	
		2015	2014	2015	2014
Passivo circulante					
Fornecedores	17	2.704.998	2.040.708	2.196.913	1.220.207
Empréstimos e financiamentos	18	2.053.863	990.349	1.558.225	477.174
Obrigações sociais trabalhistas		26.383	31.939	18.835	19.984
Provisão de imposto de renda e contribuição social		13.636	4.936	7.944	4.931
Impostos e contribuições a recolher	19	71.618	65.602	28.131	16.445
Operações com bolsa de valores	11	60.297	-	-	-
Adiantamentos de clientes	20	1.229.971	28.914	7.239	11.284
Dividendos a pagar	24	-	1.906	-	1.906
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	22	257.486	323.933	196.181	3.423
Outras contas a pagar		95.790	28.557	5.538	590
Total do passivo circulante		6.514.042	3.587.033	4.019.006	1.755.944
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	2.431.370	1.771.155	1.422.690	1.066.477
Benefícios a empregados	33	42.226	20.385	-	9.041
Impostos e contribuições a recolher	19	448	565	-	-
Provisões para contingências	21	36.574	35.870	20.985	20.985
Passivos fiscais diferidos	12	35.946	43.905	18.564	10.881
Outras contas a pagar	13	14.491	6.580	-	-
Passivo a descoberto de controlada		-	-	1.972	3.441
Total do passivo não circulante		2.561.055	1.878.460	1.464.211	1.110.825
Patrimônio líquido					
Capital social		180.301	180.301	180.301	180.301
Ações em tesouraria		(8)	(8)	(8)	(8)
Reserva legal		19.992	19.992	19.992	19.992
Reservas de lucros		123.119	131.508	123.119	131.508
Ajuste de avaliação patrimonial		12.692	14.090	12.692	14.090
Dividendo adicional proposto		-	13.963	-	13.963
Total do patrimônio líquido		336.096	359.846	336.096	359.846
Total dos passivos e patrimônio líquido		9.569.871	6.001.448	5.819.313	3.226.615

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas		Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado	Dividendo adicional proposto	Patrimônio líquido controladores	Participação de acionistas não controladores	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros						
Em 2013	80.301	(8)	16.006	62.434	23.164	-	16.218	198.169	105.100	303.269
Aumento de capital	100.000	-	-	-	-	-	-	100.000	-	100.000
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(9.074)	9.074	-	-	-	-
Distribuição de dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	(16.218)	(16.218)	-	(16.218)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	78.642	-	78.642	60.372	139.014
Destinação do lucro:										
Reserva legal	-	-	-	3.932	-	(3.932)	-	-	-	-
Dividendos propostos (R\$ 0,0119 por ação)	-	-	-	-	-	14.710	(14.710)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,0006 por ação)	-	-	-	-	-	(747)	-	(747)	-	(747)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,0113 por ação)	-	-	-	-	-	(13.963)	13.963	-	-	-
Retenção de lucro	-	-	-	69.074	-	(69.074)	-	-	-	-
Transações com não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	10.637	10.637
Em 2014	180.301	(8)	19.992	131.508	14.090	-	13.963	359.846	176.109	535.955
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(22)	22	-	-	-	-
Distribuição de dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	(13.963)	(13.963)	-	(13.963)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(8.411)	-	(8.411)	(2.500)	(10.911)
Retenção de lucro	-	-	-	(8.389)	-	8.389	-	-	-	-
Resultados abrangentes do exercício:										
Ajuste acumulado de conversão reflexa	-	-	-	-	(9.781)	-	-	(9.781)	-	(9.781)
Hedge de investimento líquido em operações no exterior	-	-	-	-	8.405	-	-	8.405	-	8.405
Transações com não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.931)	(14.931)
Em 2015	180.301	(8)	19.992	123.119	12.692	-	336.096	158.678	494.774	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2015	2014	2015	2014
Receitas líquidas	27	20.985.802	23.153.315	5.984.736	5.936.899
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	22	373.666	(69.150)	-	-
Custo das vendas	31	(20.452.761)	(22.156.769)	(5.921.650)	(5.743.067)
Lucro bruto		906.707	927.396	63.086	193.832
Despesas de vendas	31	(195.713)	(295.326)	(54.417)	(55.676)
Despesas administrativas	31	(186.566)	(147.431)	(88.494)	(73.585)
Outras receitas	28	88.982	38.699	24.020	3.543
Outras despesas	29	(49.301)	(46.437)	(13.328)	(1.192)
Resultado antes das financeiras líquidas		564.109	476.901	(69.133)	66.922
Receitas financeiras	30	1.570.618	514.228	440.044	235.015
Despesas financeiras	30	(2.261.420)	(738.074)	(550.072)	(337.401)
Financeiras líquidas		(690.802)	(223.846)	(110.028)	(102.386)
Resultado de equivalência patrimonial	13	22.276	(13.456)	71.280	157.550
Resultado antes dos impostos		(104.417)	239.599	(107.881)	122.086
Imposto de renda e contribuição social corrente	32	(24.636)	(55.098)	(3.013)	(4.931)
Imposto de renda e contribuição social diferido	32	118.142	(26.770)	102.483	(38.513)
Imposto de renda e contribuição social totais		93.506	(81.868)	99.470	(43.444)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(10.911)	157.731	(8.411)	78.642
Resultado atribuído para					
Acionistas controladores		(8.411)	78.642	(8.411)	78.642
Acionistas não controladores		(2.500)	79.089	-	-
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(10.911)	157.731	(8.411)	78.642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2015	2014	2015	2014
Resultados do exercício					
Resultados abrangentes		(10.911)	157.731	(8.411)	78.642
Ajuste acumulado de conversão reflexa		(9.781)	-	(9.781)	-
Ajuste acumulado de conversão <i>Non Deliverable Forward</i> hedge de investimento		180.367	-	180.367	-
Imposto de renda e contribuição social		(260.548)	-	(260.548)	-
Resultado abrangente total		(12.287)	157.731	(9.786)	78.642
Resultado abrangente atribuído aos:					
Acionistas controladores		(9.786)	78.642	(9.786)	78.642
Acionistas não controladores		(2.500)	79.089	-	-
Resultado abrangente total		(12.287)	157.731	(9.786)	78.642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	21.512.009	23.720.625	6.835.665	6.771.351
Outras receitas	331.725	275.174	(130)	(3.563)
Mudança no valor justo de instrumentos financeiros	373.666	(69.150)	-	-
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	106	2.277	-	2.176
Insuamos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(20.333.144)	(22.059.447)	(5.921.648)	(5.743.066)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(273.252)	(346.940)	(58.685)	(50.849)
Outras	(27.414)	(43.531)	(113)	(114)
Valor adicionado bruto	(20.633.810)	(22.449.918)	(5.980.446)	(5.794.029)
Depreciação e amortização	1.583.696	1.479.008	855.089	975.935
Valor adicionado recebido em transferência	(33.800)	(24.535)	(9.010)	(5.445)
Resultado de equivalência patrimonial	22.276	(13.456)	71.280	157.550
Receitas financeiras	1.570.618	514.228	440.044	235.015
Outras	67.831	36.491	11.009	2.800
Valor adicionado total a distribuir	1.660.725	537.263	522.333	395.365
Distribuição do valor adicionado	3.210.621	(1.991.736)	(1.368.412)	(1.365.855)
Pessoal				
Remuneração direta	(101.733)	(96.831)	(45.176)	(48.682)
Benefícios	(66.776)	(47.246)	(19.786)	(16.254)
FCTS	(7.754)	(6.618)	(3.249)	(3.203)
	(176.263)	(150.695)	(68.211)	(68.139)
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(335.395)	(446.347)	(327.600)	(400.337)
Estaduais	(425.448)	(476.146)	(424.083)	(474.474)
Municipais	(4.356)	(3.256)	(535)	(525)
	(765.199)	(925.749)	(752	



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

*** continuação**

Vencimentos do principal e juros dos empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2015

	Consolidado	Controladora
Até 6 meses	950.624	616.724
Entre 6 meses e 1 ano	1.103.859	941.501
Entre 1 ano e 2 anos	1.453.810	501.000
Entre 2 anos e 5 anos	406.933	406.933
Mais que 5 anos	570.627	514.757
	<u>4.485.233</u>	<u>2.980.915</u>

A Companhia e suas controladas não possuem cláusulas restritivas (*Covenants*) em seus contratos de empréstimos e financiamentos vigentes.

19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
ICMS	60.259	34.976	27.243	15.714
PIS	36	13	9	9
COFINS	164	60	38	40
ISS	643	559	96	77
Imposto de renda e Contribuição social	9.107	29.327	626	605
Outros	1.409	667	119	—
Total Circulante	<u>71.618</u>	<u>65.602</u>	<u>28.131</u>	<u>16.445</u>
Impostos parcelados	448	565	—	—
Total Não Circulante	<u>448</u>	<u>565</u>	—	—
Total	<u>72.066</u>	<u>66.167</u>	<u>28.131</u>	<u>16.445</u>

20. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Clientes Mercado interno	7.451	11.284	7.239	11.284
Clientes Mercado externo	1.732	17.630	—	—
Partes relacionadas	24	1.220.788	—	—
	<u>1.229.971</u>	<u>28.914</u>	<u>7.239</u>	<u>11.284</u>

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias e trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Consolidado		Controladora	
	Tributárias	Trabalhistas	Total	Total
Saldo em 2013	34.283	869	35.152	20.985
Provisões feitas durante o exercício	830	—	830	—
Provisões utilizadas durante o exercício	—	(112)	(112)	—
Saldo em 2014	<u>35.113</u>	<u>757</u>	<u>35.870</u>	<u>20.985</u>
Provisões feitas durante o exercício	427	603	1.030	—
Provisões utilizadas durante o exercício	—	(326)	(326)	—
Saldo em 2015	<u>35.540</u>	<u>1.034</u>	<u>36.574</u>	<u>20.985</u>

Para as contingências apresentadas acima existem depósitos judiciais para o Consolidado e Controladora que compõem o montante em 31 de março de 2015 de R\$ 34.655 e R\$ 20.985 respectivamente (R\$ 34.529 e R\$ 20.985 em 31 de março de 2014). A Companhia está pleiteando em juízo a exclusão do ICMS da base de cálculo dos PIS e da COFINS, por entender que tal valor (ICMS) não constitui receita ou faturamento e sim imposto estadual e a Companhia é somente um agente arrecadador. Por decorrência da medida judicial, está recolhendo PIS e COFINS com exclusão do ICMS da base de cálculo e depositando em juízo a diferença. A Companhia não possui outras contingências com riscos avaliados como possíveis para perda.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Visão geral: A Companhia está exposta a diversos tipos de riscos, sejam financeiros (liquidez, mercado e crédito), legais, operacionais, ou outros. A partir de uma análise criteriosa da matriz de riscos, a Companhia seleciona aqueles que apresentam maior probabilidade de ocorrência e impacto financeiro, e efetua o monitoramento periódico. Abaixo, os principais riscos definidos como prioritários: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; preço das *commodities* e da taxa de câmbio; e • Risco operacional. Atualmente, a política de gerenciamento de risco adota as seguintes premissas: • Todos os riscos classificados como "prioritários" são identificados, analisados e monitorados; • Limites de uso de capital são aprovados pelo Conselho de Administração; • Todas as exposições são reportadas e mensuradas com frequência apropriada; e • A área de gestão de riscos monitora a exposição, os riscos tomados *versus* os limites preestabelecidos, alerta as áreas de negócios, Comitê de Auditoria e Risco e Diretoria Executiva sobre eventual desequilíbrio, dá orientações sobre quanto e como reduzir a exposição e orienta na solicitação de limite adicional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos da Companhia para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **Estrutura do gerenciamento de risco:** O Conselho de Administração tem responsabilidade de estabelecer e supervisionar a estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração instituiu o Comitê de Auditoria e Risco, o qual é responsável em conjunto com a área de gestão de riscos pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de risco da Companhia. O Comitê se reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades enquanto que a área de Gestão de Riscos ao presidente executivo. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites de uso de capital, exposições e controles de riscos, e para monitorar riscos e sua aderência aos limites preestabelecidos. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são determinados anualmente e revisados para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, visa desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, ou seja, uma cultura de riscos, com a qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. **Comitê de auditoria e riscos:** O Comitê de Auditoria e Risco da Companhia é composto por 4 (quatro) membros integrantes indicados pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, coincidindo com os mandatos do próprio Conselho de Administração. São realizadas reuniões quinzenais com todos os membros do Comitê de Auditoria e Risco. O Comitê auxilia a Administração e exerce papel relevante no modelo de Governança Corporativa adotado na Companhia. As atribuições das atividades são: • Avaliar e monitorar os riscos operacionais e financeiros existentes nos negócios da Companhia; • Acompanhar junto ao auditor externo questões relevantes e/ou significativas relativas às práticas contábeis adotadas pela Administração sobre as demonstrações financeiras da Companhia; • Acompanhar e discutir controles internos, relatórios, pendências e questões referentes aos trabalhos de auditoria interna e externa; e • Sugerir e direcionar tarefas e funções da auditoria interna. O Comitê de Auditoria e Risco da Companhia supervisiona como a Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O comitê é assistido no seu papel de supervisão pela Auditoria Interna. A Auditoria Interna realiza tanto as revisões regulares como as revisões para fins de controles e procedimentos de gerenciamento de risco, cujos resultados são reportados ao Comitê de Auditoria e Risco. **Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e de títulos de investimento.

(f) Contas a receber de clientes: A Companhia e suas controladas estão sujeitas a risco de crédito. A Administração busca mitigar o risco de crédito por meio de uma política de crédito rigorosa, seletividade de seus clientes, acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmentos de negócios e limites individuais de crédito, procedimentos estes adotados a fim de minimizar eventuais riscos de inadimplência em suas contas a receber de clientes. A Companhia opera nos segmentos de açúcar, etanol e prestação de serviços de elevação de açúcar em seu terminal portuário. Nos clientes de mercado interno o prazo médio de recebimento é de 20 (vinte) dias para o açúcar, já nas vendas de etanol, 70% dos clientes têm um prazo de recebimento de 11 (onze) dias e o saldo de 30% com recebimentos à vista. Com relação a contas a receber do mercado externo, incluindo América Latina, cerca de 80% dos clientes pagam na modalidade *Cash Against Documents*, ou seja, somente após o pagamento da obrigação, os documentos são liberados ao cliente para que possa fazer o desembarque da mercadoria. Os clientes que não operam nesta modalidade efetuam pagamento por meio de carta de crédito aberta por bancos de primeira linha. Mais de 80% dos clientes da Companhia são clientes há mais de cinco anos, com um histórico de perdas extremamente baixo. No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os mesmos são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são distribuidoras, indústrias ou refinarias, localização geográfica, e existência de histórico de dificuldades financeiras. **(ii) Garantias:** Garantias são fornecidas na contratação de linhas de financiamentos bancários necessários para o exercício do trabalho de caixa da controladora e as controladas, contudo existem garantias recebidas e cedidas à parte relacionada, cujo detalhe está na nota explicativa 24. **(iii) Contratos de compras com fornecedores não relacionados:** A Companhia está sujeita a riscos de inadimplência na entrega dos produtos aplicados aos contratos de compra com preço fixo de usinas e *tradings* não relacionadas (fornecedores/originação de terceiros). Para minimizar o risco de concentração por fornecedor não relacionado foi determinado na política vigente que o volume individual contratado com preço fixo não exceda 20% do volume total das compras estimadas para a safra corrente com não relacionados. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações dentro do prazo de vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de mercado:** Risco de mercado representa a possibilidade de perdas financeiras que a Companhia está exposta, oriunda das variações sobre os preços das *commodities*, taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar e monitorar todas as exposições a esses riscos para que fiquem dentro de parâmetros aceitáveis, definidos pelo Conselho de Administração. A Companhia compra e vende derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Auditoria e Risco e deliberadas pelo Conselho de Administração. **(f) Risco de preço de commodities:** A Companhia opera com derivativos de *commodities* para minimizar a variabilidade do seu resultado causada pelo reconhecimento contábil de ativos e passivos, direitos e obrigações a valor justo, valorizados de acordo com a cotação dos preços de *commodities* nas Bolsas Internacionais (ICE/NYBOT e LIFFE) e índices divulgados pela CEPEA/ESALQ. As exposições a este tipo de risco são constantemente atualizadas, em virtude do curso normal de negócios da Companhia. Portanto, a gestão dessa exposição ocorre dinamicamente por meio de contratos derivativos com o objetivo de realizar ajustes de *hedge* de acordo com a nova necessidade. A utilização desses contratos derivativos é monitorada e baseada no limite de risco preestabelecido pelo Conselho de Administração. A Companhia não possui usinas produtoras de açúcar e etanol. Aproximadamente 75% da matéria-prima comercializada é adquirida de unidades produtoras sócias, enquanto que os outros 25% advêm de unidades produtoras não sócias e de outras *tradings*. Conforme contrato de fornecimento firmado entre a Copersucar S.A. e a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, partes sócias, o preço de negociação é formado com base no índice CEPEA/ESALQ no exercício da entrega da mercadoria. O açúcar é comercializado no mercado interno e externo, e o preço de venda é formado pelo preço do açúcar *Sugar #11/ICE* da Bolsa de Nova York. Isso faz com que este seja o principal fator de risco do portfólio. A exposição líquida entre compras e vendas é gerenciada por meio de instrumentos financeiros derivativos de açúcar *Sugar #11/ICE* (futuros ou de

balcão) referenciados à mesma Bolsa e é monitorada por meio dos limites de risco preestabelecidos pelo Conselho de Administração. O etanol também é comercializado no mercado interno e externo, e o seu preço de venda é formado pelo indicador CEPEA/ESALQ. Isso faz com que este seja o principal fator de risco deste portfólio. Dessa forma toda a posição líquida entre compras e vendas com preço fixo acaba exposta ao risco de variação de preço do etanol. O monitoramento de exposição e riscos é realizado por meio dos limites preestabelecidos pelo Conselho de Administração. Os ganhos ou perdas originados desses instrumentos de proteção são registrados no resultado do exercício. **(ii) Risco de moeda:** A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos e investimentos denominados em moeda diferente da respectiva moeda funcional da Companhia, no caso o Real (R\$). A Companhia utiliza Contratos de Balcão ou de Bolsa para proteger seu risco de moeda, com vencimento de menos de um ano da data das demonstrações financeiras. Quando necessário esses contratos são renovados no vencimento. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são gerenciados pela sua exposição líquida, por meio de compras e vendas de moeda estrangeira a taxas à vista ou futuras (*forwards*), quando necessário, para exposições de curto prazo. Os principais montantes dos empréstimos bancários da Companhia em USD são protegidos utilizando contratos de *swap*, de balcão ou compensados com ativos indexados na mesma moeda. Juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo. Em geral, os empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas da Companhia, principalmente em Reais, mas também em USD. A Companhia utiliza instrumentos financeiros (NDF - Non Deliverable Forward) para proteção de variação cambial sobre os investimentos em sua Controlada na Espanha (Alvean), cuja moeda funcional é o Dólar. As exposições a este tipo de risco são constantemente atualizadas, em virtude do curso normal de negócios da Companhia. Portanto, a gestão dessa exposição e seus limites ocorrem dinamicamente por meio de contratos derivativos com o objetivo de realizar ajustes de *hedge* de acordo com a nova necessidade. A utilização desses contratos derivativos é definida anualmente, no limite de risco preestabelecido pelo Conselho de Administração e monitorada quinzenalmente pelo Comitê de Auditoria e Risco. **(iii) Risco de taxa de juros:** A dívida da Companhia está atrelada à taxas fixas e variáveis, portanto está exposta a variações na taxa de juros. O risco de exposição do CDI é parcialmente compensado por aplicações financeiras. O gerenciamento do custo financeiro total da Companhia possui como objetivo fazer com que seu custo financeiro esteja em linha com o praticado pelo mercado, considerando entidades com porte similar. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez. O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais visando mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando assim, a eficácia de custos evitando procedimentos de controle que não são eficazes. **Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma base de capital suficiente para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado. O principal objetivo é o desenvolvimento futuro de negócios. A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Também faz parte da carteira de instrumentos financeiros, as operações com instrumentos financeiros derivativos que são contratadas para proteção da volatilidade de mercado, bem como, as operações de compra e venda a termo de mercadoria com a Cooperativa. Para esse fim são utilizados os seguintes instrumentos de proteção: *swap* cambial, operações com NDF - *Non-Deliverable Forwards*, futuros e opções de *commodities* e moeda.

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.051.254	604.346	493.384	298.442
Estoques	2.557.292	1.719.845	1.242.299	720.226
Operações com Bolsa de Valores	26.145	121.146	8	74
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	695.661	331.618	275.899	33.166
Passivos				
Operações com bolsa de valores	60.297	70.189	—	—
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	257.486	323.933	196.181	3.423
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	821.925	1.163.026	816.370	401.443
Adiantamentos a fornecedores	1.765.089	790.275	15.002	21.676
Outras contas a receber	100.210	89.109	29.907	5.047
Dividendos	—	—	2.881	4.881
Empréstimos concedidos - partes relacionadas	—	—	90.247	—
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Fornecedores	2.704.998	2.040.708	2.196.913	1.220.207
Empréstimos e financiamentos	4.485.233	2.761.504	2.980.915	1.543.651
Adiantamentos de clientes	1.229.971	28.914	7.239	11.284
Outras contas a pagar	110.281	35.137	5.538	590

Classificação dos instrumentos financeiros

Durante os exercícios findos em 31 de março de 2015 e 2014, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros. **Riscos de crédito: Exposição a riscos de crédito:** A exposição máxima do risco de crédito está substancialmente concentrada nos instrumentos financeiros abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Depósitos à vista	558.025	285.016	12.584	47.143
Aplicações financeiras	493.170	319.293	480.774	251.270
Contas a receber de clientes	821.925	1.163.026	816.370	401.443
Adiantamentos a fornecedores	1.765.089	790.275	15.002	21.676
Operações com bolsa de valores	26.145	121.146	8	74
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	695.661	331.618	275.899	33.166
Outras contas a receber	100.210	89.109	29.907	5.047

As operações de aplicações financeiras são pulverizadas em diversas instituições financeiras, consideradas pelo mercado de primeira linha. Os três clientes mais relevantes da Companhia são responsáveis por R\$ 281 mil dos recebíveis em 31 de março de 2015 (R\$ 305 mil em 31 de março de 2014), sendo que durante esses exercícios ocorreram troca de relevância entre os clientes. Os demais instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco, exceto pelas contas a receber de clientes, as quais a Companhia faz uso de cartas de créditos, *CAD - Cash Against Document* ou seguro de crédito para proteção de sua carteira. **Contas a receber de clientes:** A exposição máxima ao risco de crédito na data do relatório por região geográfica para as contas a receber de clientes apresentado acima foi de:

	Consolidado			Controladora		
	2015	Valor garantido	Exposição líquida	2014	Valor garantido	Exposição líquida
Doméstico	398.958	—	398.958	212.898	—	212.898
África do Sul (b)	98	88	—	—	—	—
América (b)	429	429	—	—	—	—
Emirados Árabes (b)	57.695	57.695	—	56.789	56.789	—
Argélia (b)	3	3	—	44.667	44.667	—
Colômbia (b)	53	53	—	2.184	2.184	—
Peru (b)	805	805	—	—	—	—
Uruguai (b)	—	—	—	2.376	2.376	—
Republic of Seychelles (b)	—	—	—	48.234	48.234	—
Inglaterra (b)	253	253	—	3.103	3.103	—
Dubai (b)	—	—	—	111.972	111.972	—
Suíça (b)	4.227	4.227	—	188.675	188.675	—
Singapura (b)	7.515	7.515	—	1.574	1.574	—
EUA (c)	346.555	346.555	—	336.766	336.766	—
Canadá (c)	3.715	3.715	—	7.491	7.491	—
Outros (a)	—	—	—	146.142	146.142	—
Partes Relacionadas (c)	1.629	1.629	—	155	155	—
	<u>821.925</u>	<u>422.967</u>	<u>398.958</u>	<u>1.163.026</u>	<u>950.128</u>	<u>212.898</u>

	Controladora			Controladora		
	2015	Valor garantido	Exposição líquida	2014	Valor garantido	Exposição líquida
Doméstico	419.215	—	419.215	306.087	—	306.087
Outros	—	—	—	95.354	—	95.354
Partes Relacionadas (c)	397.155	397.155	—	2	—	2
	<u>816.370</u>	<u>397.155</u>	<u>419.215</u>	<u>401.443</u>	—	<u>401.443</u>

(a) Saldos 100% garantidos, sendo: 80% *Cash Against Document*, 13% por meio de carta de crédito e 7% por seguro de crédito; (b) Saldos 100% garantidos por carta de crédito de bancos internacionais de primeira linha; e (c) A Companhia não considera existência de risco de crédito para estas transações. **Perdas por redução no valor recuperável:** Os vencimentos das contas a receber de clientes são:

	2015		2014	
	Bruto	PECLD	Bruto	PECLD
Não vencidos	766.588	—	924.793	—
Vencidos há 0-30 dias	39.356	—	218.715	—
Vencidos há 31-120 dias	12.879	—	5.012	—
Acima de 120 dias	4.121	(1.019)	15.372	(866)
Total	<u>822.944</u>	<u>(1.019)</u>	<u>1.163.892</u>	<u>(866)</u>

	2015		2014	
	Bruto	PECLD	Bruto	PECLD
Não vencidos	788.787	—	345.606	—
Vencidos há 0-30 dias	22.302	—	50.505	—
Vencidos há 31-120 dias	4.030	—	4.715	—
Acima de 120 dias	2.117	(866)	1.483	(866)
Total	<u>817.236</u>	<u>(866)</u>	<u>402.309</u>	<u>(866)</u>

A despesa com a constituição da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi registrada na rubrica "Despesas de Vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título, e esta provisão torna-se dedutível de impostos.

Risco de commodities

	Consolidado				Valor justo				Valor justo			
	2015	2014	Notional	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Contratos a termo												
Posição Comprada												
Mercadorias												
Açúcar (toneladas)	356.066	1.734.649	60.098	626.006	266.525	15.674</						



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

31. DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Custos dos produtos, exceto fretes, transbordo e armazenagem	(20.073.931)	(22.280.015)	(5.897.173)	(5.818.398)
Mudança no valor justo dos estoques	(259.213)	220.568	(24.477)	75.331
Depreciação e amortização	(32.695)	(24.242)	(9.010)	(5.445)
Despesas com pessoal	(176.263)	(150.695)	(68.210)	(68.139)
Fretes, transbordo, armazenagem e despesas com embarque	(157.480)	(248.090)	(23.350)	(17.459)
Outras despesas	(135.458)	(117.052)	(42.341)	(38.218)
	<u>(20.835.040)</u>	<u>(22.599.526)</u>	<u>(6.064.561)</u>	<u>(5.872.328)</u>
Classificado como:				
Custo das vendas	(20.452.761)	(22.156.769)	(5.921.650)	(5.743.067)
- Administrativas	(186.566)	(147.431)	(88.494)	(73.585)
- Vendas	(195.713)	(295.326)	(54.417)	(55.676)
	<u>(20.835.040)</u>	<u>(22.599.526)</u>	<u>(6.064.561)</u>	<u>(5.872.328)</u>

32. DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
(Prejuízo)/lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(104.417)	239.599	(107.881)	122.086
Resultado atribuível aos acionistas não controladores	2.500	(79.089)	—	—
Lucro contábil ajustado	(101.917)	160.510	(107.881)	122.086
Resultado de equivalência patrimonial	(22.276)	13.456	14.269	(322.420)
Varição cambial de empresa no exterior	(37.344)	(1.127)	(37.394)	164.870
Resultado de empresa sediada no exterior	(38.606)	(68.723)	(85.550)	(1.127)
Lucro/(prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(200.143)	104.116	(216.556)	(36.591)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	68.049	(35.375)	73.629	12.465
Adições/exclusões permanentes:				
Ajuste de preços de transferência	(19)	(906)	(19)	(906)
Multas	(169)	(438)	(164)	(15)
Doações/Patrocínio	(4.356)	(282)	(4.355)	(281)
Variação em participação	7.490	—	7.490	—
Outras	(510)	(506)	(20)	(97)
Diferencial de alíquota Copersucar North America	123	(8.584)	—	—
Lucros no Exterior	(47.163)	—	(47.163)	—
Diferido exercício anterior	(18.974)	—	(18.974)	—
Diferido sobre resultado da Copersucar Trading e Copersucar North America	95.953	—	95.953	—
Receita de sinistro	—	18.594	—	—
Remuneração longo prazo	(7.133)	(6.932)	(7.001)	(6.832)
Outras	52	7	7	5
Deduções do IRPJ - PAT e Patrocínio	163	27	87	—
Utilização de prejuízo fiscal não constituído	—	367	—	—
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	44.716	(34.028)	50.680	4.395
Imposto de renda e contribuição social sobre lucros no exterior	48.790	(47.840)	48.790	(47.839)
Alíquota efetiva	47%	33%	46%	14%
Impostos correntes	(24.636)	(55.098)	(3.013)	(4.931)
Impostos diferidos	118.142	(26.770)	102.483	(38.513)
Total	93.506	(81.868)	99.470	(43.444)

A Lei 12.973, publicada em 13 de maio de 2014, introduziu alterações relevantes às regras tributárias federais. Os dispositivos da referida Lei entraram em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014. A Companhia não optou pela aplicação antecipada da Lei. Portanto, em janeiro de 2015 foram efetuados ajustes para adequação às novas regras na contabilidade e no cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Dentre tais ajustes, destaca-se a baixa do saldo de diferença de taxa de depreciação fiscal em relação a vida útil-econômica no LALUR da Copersucar S.A. e da Copersucar Armazéns Gerais S.A.

33. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia concede alguns benefícios a seus funcionários. Dentre esses benefícios, os discriminados abaixo foram avaliados por meio de cálculo atuarial. **Assistência médica:** A Companhia disponibiliza como parte de seus benefícios um plano de assistência médica, onde desde 01/07/2011 não há contribuição mensal dos funcionários nessa mensalidade. De acordo com a Lei 9.656/98, é previsto, que em caso de aposentadoria, demissão sem justa causa ou exoneração, o plano de assistência médica seja mantido nas mesmas condições vigentes que para os funcionários ativos, desde que o funcionário tenha se enquadrado em uma das três condições mencionadas abaixo e assumam o pagamento integral de sua mensalidade. Para isso, são garantidos os seguintes prazos de manutenção dos planos: **Demitidos sem justa causa ou exonerados:** O tempo de permanência garantido será 1/3 do tempo que contribuiu para o Plano de Saúde, assegurado um período mínimo de 6 meses e um máximo de 24 meses. **Aposentados:** • Para funcionários com vínculo igual ou superior a 10 anos e idade igual ou superior a 45 anos em 01/07/2011: é assegurado o direito de manutenção como beneficiário no Plano nas mesmas condições de cobertura que gozava quando na vigência do contrato de trabalho, sem nova contagem de carência, pelo tempo que desejar. • Para funcionários com vínculo de menos de 10 anos: é assegurado o direito de manutenção como beneficiário nas mesmas condições de cobertura que gozava quando na vigência do contrato de trabalho, sem nova contagem de carência, à razão de 1 (um) ano para cada ano de contribuição. Tendo em vista que o custeio do plano é obtido considerando os empregados ativos e os aposentados, a Companhia realizou uma avaliação atuarial com o objetivo de avaliar a existência de passivos. Os cálculos foram realizados por empresa terceirizada especializada do mercado e não foram observados impactos relevantes.

Premissas utilizadas para os cálculos

	2015	2014
Fator de capacidade de benefícios	100%	100%
Taxa esperada de inflação de longo prazo	6,1%	5,70%
Taxa nominal de desconto atuarial	13,1%	9,78%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos no longo prazo	0,00%	0,00%
Taxa nominal de crescimento dos custos médicos - Inflação médica	8,2% (1)	7,81% (1)
Taxa de crescimentos dos custos médicos por faixa etária - Aging fator	2,00% (1)	2,00% (1)

Premissas biométricas

	AT-2000 (2)	AT-83 (2)
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (2)	AT-83 (2)
Tábua de rotatividade - (término de vínculo empregatício)	Vide nota (3)	Vide nota (3)
Entrada em aposentadoria	100% elegibilidade	100% elegibilidade

(1) Estimativa de aumento de contribuições subsidiadas pelos atuais participantes ativos do Plano; (2) Tábua de mortalidade geral diferenciada por sexo; (3) Taxa de rotatividade inversamente proporcional ao tempo de serviço prestado à Companhia: 15 / TS + 1.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA	
Presidente		Diretor Presidente	
Luís Roberto Pogetti		Paulo Roberto de Souza	
Conselheiros		Diretores	
Antonio Eduardo Toniello	Geraldo José Carbone	Paulo Roberto de Souza	
Antonio José Zillo	Hermelindo Ruete de Oliveira	Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores (Interino)	
Carlos Dinucci	José Luciano Duarte Penido	Alexandre de Mattos Setten	
Carlos Ubiratan Garms	Leopoldo Titoto	Diretor de Logística e Planejamento	
Clésio Antonio Balbo	Norberto Bellodi		

PARECER DO CONSELHO FISCAL - 25 DE MAIO DE 2015

O Conselho Fiscal no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações de Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, relativos ao exercício encerrado em 31 de março de 2015. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o Parecer dos Auditores da KPMG Auditores Independentes, de 25 de maio de 2015, os Senhores Conselheiros opinaram

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros da Copersucar S.A. São Paulo - SP Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Copersucar S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles

Não foram apurados efeitos sobre a variação da taxa de crescimento dos custos com Planos de Saúde no exercício.

Sumário dos dados cadastrais dos participantes:

Ativos	2015	2014
Frequência	194	204
Idade média (anos)	41	41
Tempo de plano (anos)	3,8	2,8
Tempo de serviço futuro (anos)	12,0	12,0

Estatísticas de frequência, idade, tempo de serviço, tempo de serviço futuro e expectativa de sobrevivência referem-se aos empregados da Companhia. Estatísticas de custo consideram o grupo familiar hipotético formado pelo titular e cônjuge, a esposa é considerada 2 anos mais jovem. *Seguro de vida:* Para os empregados incluídos neste benefício até 2005, a Companhia garantia na aposentadoria do empregado o pagamento do prêmio do seguro de forma vitalícia, gerando com isso um benefício pós-emprego. Para os empregados admitidos após este período o benefício é custeado pela Companhia durante o período em que os empregados permanecem ativos, e são considerados como despesa, não incorrendo em riscos atuariais. A Companhia também submeteu esse benefício a uma avaliação atuarial e não efetuou nenhum ajuste, pois os valores não foram considerados relevantes.

Premissas utilizadas para os cálculos

Premissas financeiras e econômicas

	2015	2014
Fator de capacidade de benefícios	100%	100%
Taxa esperada de inflação de longo prazo	6,1%	5,70%
Taxa nominal de desconto atuarial	13,1%	10,20%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos no longo prazo	0,00%	0,00%

Premissas Biométricas

	AT-2000 (1)	AT-83 (1)
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (1)	AT-83 (1)

(1) Estimativa de aumento de contribuições subsidiadas pelos atuais participantes ativos do Plano.

Sumário dos dados cadastrais dos participantes:

Assistidos em gozo de benefício	2015	2014
Frequência	2	4
Idade média	54	57
Expectativa de sobrevivência	16,0	17
Benefício médio mensal	96,77	608,04

(1) Refere-se ao benefício de pagamento de prêmios de seguro de vida, conforme contrato firmado com seguradora, atualmente mantido com taxa de 0,00863 sobre a remuneração mensal do participante assistido. **Outros benefícios de curto e longo prazo:** Com base em seu programa de benefícios, a Companhia provisionou bônus com vencimento no prazo de um ano, para os seguintes profissionais:

	2015	2014
Pessoal-chave	20.804	26.576
Outros executivos	5.201	6.644
	<u>26.005</u>	<u>33.220</u>

34. ARRENDAMENTOS MERCANTIS OPERACIONAIS

Arrendamentos como arrendatário: Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão pagos da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Até um ano	75.409	44.078	5.243	5.575
Acima de um ano - Até cinco anos	160.521	94.685	10.509	11.580
Mais de cinco anos	140.030	130.778	—	—
Total	375.960	269.541	15.752	17.155

A Companhia reconheceu os seguintes valores como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional:

	2015	2014
Despesa com arrendamento mercantil operacional	44.322	21.781

A Companhia é arrendatária de uma área localizada no Porto de Santos de aproximadamente 50.392 metros quadrados, onde suas instalações estão edificadas. O prazo de vigência do contrato é de 20 anos, a partir de 07 de março de 1996 e em 27 de junho de 2011 foi renovado para mais 20 anos a partir de 07 de março de 2016. As principais cláusulas restritivas do contrato de arrendamento mercantil são: • Desvio do objeto contratual pelo arrendatário; • Dissolução do arrendatário; • Subarrendamento; • Transferência do arrendamento, sem prévia autorização pela Codesp; • Cessação de mais de 3 (três) pagamentos mensais pelo arrendatário; • Interrupção da execução do contrato sem causa justificada; • Operações portuárias realizadas com infringência das normas legais e regulamentos aplicáveis; e • Descumprimentos de decisões judiciais. Todas as cláusulas restritivas do contrato de arrendamento operacional vêm sendo plenamente atendidas pela Companhia. A Companhia também é arrendatária de uma área localizada em município e comarca de Guarujá-SP de aproximadamente 47.333 m² até 31 de dezembro de 2014, utilizada para armazenagem de produtos. Através de sua controlada indireta Eco-Energy, a Companhia é arrendatária de equipamentos para armazenagem e movimentação de etanol e gasolina (carros-tanques, caminhões, vagões ferroviários, tanques e equipamentos para transbordo), equipamentos para escritório e aluga também um imóvel na cidade de Franklin-TN-EUA com finalidade administrativa.

Arrendamentos como arrendador

A Controladora arrenda suas propriedades para investimento mantida sob arrendamentos operacionais (ver nota explicativa 14) para uma parte relacionada, a Copersucar Armazéns Gerais. Através de sua controlada indireta Eco-Energy, a Companhia efetua sublocação de carros-tanques. Os pagamentos mínimos futuros sob arrendamentos não canceláveis são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Até um ano	42.839	25.036	3.518	795
Acima de um ano - Até cinco anos	67.382	22.315	8.793	766
Mais de cinco anos	29.834	275	—	—
Total	140.055	47.626	12.311	1.561

Durante o exercício findo em 31 de março de 2015, o montante de R\$ 37.790 foi reconhecido como receita de aluguel no resultado da Companhia.

	2015	2014
Receita com arrendamento mercantil operacional	37.790	16.566

35. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de março de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais da Companhia era composta por R\$ 744.155 para seguro patrimonial, e R\$ 50.000 para responsabilidade civil da controladora.

36. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento do BRGAAP aplicável às Companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado consolidada e individual. Essa demonstração, fundamentada em conceitos macroeconômicos, busca apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia quanto o recebimento de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido a entidade.

CONSELHO FISCAL	
Efetivos	Suplentes
Moises dos Santos Barbosa	Nilton José Andreotti Filho
Carlos Otto Laure	Leandro José dos Santos
Sergio Roberto Nicoletti	Otávio Pilon Filho

CONTADOR

Carlos Cavalcante Guimarães
CRC-TC 1SP 194441/O-2

favoravelmente a respeito dos supracitados documentos, informando que os mesmos se encontram em condições de serem votados e aprovados pelos Srs. Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Moises Santos Barbosa Conselheiro	Sérgio Roberto Nicoletti Conselheiro	Leandro José dos Santos Conselheiro
---	--	---

internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Copersucar S.A. em 31 de março de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de março de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de maio de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2